



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**  
**DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - UNIDADE REQUISITANTE:**

Divisão de Desenvolvimento de Pessoas

**2 - OBJETO:**

Contratação de empresa em Fortaleza ou região metropolitana para operar como agente de integração de estudantes junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, com vistas à prestação de estágio, de acordo com o Ato 94/2011.

**2.1 ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:**

Contratação dos serviços de agenciamento junto às instituições de ensino sediadas no território nacional, de estudantes regularmente matriculados em cursos de educação superior e médio de instituições de ensino público ou privado, para preenchimento de bolsas de estágio concedidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Quantidade máxima a contratar</b>
1.	Serviço de agenciamento de vaga de estágio Nível Superior	400
2.	Serviço de agenciamento de vaga de estágio Nível Médio	100

## **2.2 EXECUÇÃO DO SERVIÇO:**

A CONTRATADA deverá recrutar e pré-selecionar estudantes de acordo com as áreas de interesse do CONTRATANTE, preparar toda a documentação legal referente ao estágio, administrar os contratos de estágio e efetuar o pagamento do seguro contra acidentes aos estagiários.

As atividades do estágio serão realizadas em qualquer uma das dependências do TRT 7ª Região - Ceará, inclusive nas Varas do interior, em setores cujos serviços guardem estrita correlação com as respectivas áreas de formação profissional.

## **2.3 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS:**

Trata-se da execução de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do § 1º do artigo 1º da Lei nº 10.520/02, c/c o § 2º do artigo 3º do Decreto nº 3.555/00 e § 1º do artigo 2º do Decreto nº 5.450/05.

## **3 - JUSTIFICATIVA:**

Os itens foram agrupados em lote único, tendo em vista a natureza dos serviços e a economia de escala. Ou seja, o agrupamento, neste caso, poderá trazer economia em função de um maior valor envolvido, além de não prejudicar a ampla participação de licitantes, já que na pesquisa de mercado observamos que todos os itens foram cotados por todas as empresas.

A CONTRATADA deverá possuir sede ou escritório em Fortaleza-CE ou região metropolitana. Tal exigência justifica-se pelo fato dos estagiários de nível médio, alunos da rede de ensino público, a serem lotados nas unidades judiciárias e administrativas da capital e região metropolitana, necessitarem realizar exame médico e apresentar Atestado de Saúde Ocupacional, **em original**, o qual será encaminhado pela CONTRATADA, juntamente com outros documentos e com o TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO à Secretaria de Educação do Estado – SEDUC, como condição para a homologação da contratação. Tendo em vista que a SEDUC demora 40 (quarenta) dias, em média, para homologar os Termos de Compromisso de Estágio, supõe-se que esse prazo seria ainda maior caso os estagiários enviassem a documentação pelos correios. Além disso, a condição financeira precária da

grande maioria desses estudantes provavelmente tornaria sua contratação praticamente inviável, se deles dependesse o envio da documentação à CONTRATADA por SEDEX.

#### **4 - OUTRAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:**

O estágio deverá ter caráter de complementação educacional e aprendizagem profissional, não acarretando, todavia, qualquer vínculo empregatício com o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

O estágio se destina a estudantes matriculados, com frequência regular, em cursos de educação superior e ensino médio de instituições de ensino público ou privado.

Fica assegurado às pessoas com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas ofertadas pelo Tribunal (art. 17, § 5º, da Lei nº 11.788/2008).

O estagiário deverá cumprir jornada máxima de 20 (vinte) horas semanais, limitada a 06 (seis) horas diárias, distribuídas nos horários de funcionamento do setor de estágio e compatível com o horário escolar, conforme Lei 11.788/2008, art. 10, II.

O estágio terá duração máxima de 02 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência, conforme Lei 11.788/2008, art. 11.

Os valores pagos a título de bolsa e auxílio-transporte serão fixados em ato próprio do Tribunal.

#### **5 - DA HABILITAÇÃO**

**5.1** Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

- a) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99;
- b) habilitação jurídica;
- c) regularidade fiscal e trabalhista;

O cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da CF, dar-se-á mediante declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

**5.2** Os documentos relativos à habilitação jurídica são:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**5.3** Os documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista são:

- a) Prova de regularidade relativa às Fazendas Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS) e Certidão Municipal;
- b) Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

## **6 - DA QUALIFICAÇÃO:**

O vencedor da etapa de lances deverá apresentar atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove que o agente de integração executou serviços de integração de estudantes, com vistas à prestação de estágio.

## **7 - MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO**

### **7.1 DO PREÇO:**

O preço mensal (unitário e global) deverá ser ofertado pelo serviço de agenciamento, por vaga de estágio, em moeda corrente.

No preço ofertado deverão estar inclusos todos os impostos e demais encargos/despesas necessários ao atendimento do objeto desta licitação, bem como o seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário.

## **8 - PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**

O serviço será prestado de acordo com a demanda das diversas Unidades do Tribunal, respeitados os limites máximos de contratações previstos no item 2.1 deste Termo.

A CONTRATADA deverá recrutar, pré-selecionar e encaminhar ao CONTRATANTE os estudantes, candidatos a estágio, considerados aptos a estagiar de acordo com as áreas de interesse do Tribunal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da ordem de serviço emitida pela Seção de Recrutamento e Seleção da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas.

## **9 - DO LOCAL, HORÁRIO E DIAS DA EXECUÇÃO DO OBJETO:**

Os serviços deverão ser executados nos horários compreendidos entre as 08:00 hs e 17:00 hs, em dias úteis.

## **10 - CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:**

Os serviços serão recebidos:

- a) Provisoriamente, pelo fiscal que acompanhou a execução do contrato, com base no que foi observado ao longo do acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, condicionado ao recebimento da fatura/nota fiscal;
- b) Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias a contar do recebimento provisório, com base na verificação do trabalho feito pelo fiscal e na verificação de todos os outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dita, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, observado o disposto no art. 69 da Lei nº. 8.666/93.

## **11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**11.1** Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita) preposto responsável por representar a contratada durante esse período;

**11.2** Efetuar os serviços observando as condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

**11.3** Reparar, corrigir, renomear, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, o objeto em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

**11.4** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**11.5** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o prazo estipulado, os motivos que impossibilitem o cumprimento do mesmo, com a devida comprovação;

**11.6** Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;

**11.7** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

**11.8** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação;

**11.9** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

**11.10** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

**11.11** Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos limites estabelecidos no artigo 65 § 1º na Lei 8.666/93.

**11.12** Iniciar a prestação dos serviços contratados em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente;

**11.13** Manter convênios ou outro instrumento jurídico com as instituições de ensino, contendo as condições exigidas para a caracterização e definição do estágio de seus alunos;

**11.14** Promover o ajuste das condições de estágio definidas pelas instituições de ensino com as disponibilidades do CONTRATANTE, indicando as principais atividades a serem desenvolvidas pelos estagiários, observando sua compatibilidade com programas e currículos escolares e com as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 e alterações posteriores e da Lei nº 11.788/08;

**11.15** Recrutar, pré-selecionar e encaminhar ao CONTRATANTE os estudantes, candidatos a estágio, considerados aptos a estagiar de acordo com as áreas de interesse do CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da Ordem de Serviço;

**11.16** Preparar toda a documentação legal referente ao estágio, incluindo, ACORDO DE COOPERAÇÃO entre a instituição de ensino e a CONTRATADA e TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO a ser assinado pelo Tribunal Regional do Trabalho - 7ª Região, pela instituição de ensino e pelo estagiário, com observância às exigências contidas nas normas legais e regulamentares pertinentes;

**11.17** Fazer seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário, comprovado mediante apresentação ao CONTRATANTE da Apólice de Seguro respectiva;

**11.18** Arcar, integralmente, com a despesa decorrente do seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário;

**11.19** Acompanhar a realização do estágio junto ao CONTRATANTE, disponibilizando às respectivas instituições de ensino as informações pertinentes;

**11.20** Manter o CONTRATANTE informado sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal do contrato a que se refere este termo, comunicando qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços contratados e prestar esclarecimentos necessários;

**11.21** Comunicar por escrito a conclusão ou interrupção do curso realizado pelo estagiário na instituição de ensino, sempre que informado pela respectiva instituição, para posterior rescisão do Termo de Compromisso de Estágio;

**11.22** Providenciar o desligamento e substituição do estagiário, sempre que necessário;

**11.23** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado;

## **12 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**12.1** Receber provisoriamente e definitivamente o objeto da contratação;

**12.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**12.3** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;

**12.4** Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos neste termo;

**12.5** Informar à CONTRATADA as oportunidades de estágio, receber os estudantes pré-selecionados e coordenar a seleção destes, através da Seção de Recrutamento e Seleção da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas;

**12.6** Encaminhar à CONTRATADA as informações acerca dos nomes dos aprovados para o estágio, a data do início do estágio, horário, duração e valor da bolsa de estágio;

**12.7** Solicitar à CONTRATADA, por escrito ou meio eletrônico, a substituição de estagiários quando ocorrer o desligamento dos mesmos;

**12.8** Solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, documentos comprobatórios da regularidade da situação escolar do estagiário;

### **13 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

A gestão e a fiscalização do contrato caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais destes, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à CONTRATADA, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

Os gestores e fiscais designados exercerão, de forma segregada, as atribuições previstas na Resolução TRT7 nº. 200/2014, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.



As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à Unidade competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

A gestão e a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

As informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA poderão ser prestados através dos telefones (85) 3388-9294 ou 9239.

#### **14 - FORMA DE PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até **5 (cinco) dias úteis** contados do recebimento definitivo, devidamente atestado pelo Fiscal do Contrato, ocasião em que este Tribunal verificará a regularidade com a **Fazenda Federal** (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), com a **Fazenda Municipal**, com a Seguridade Social (**INSS**) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**).

O valor do pagamento mensal a ser repassado pelo CONTRATANTE à CONTRATADA será calculado multiplicando-se a quantidade de estagiários ativos, constantes da folha de pagamento do mês anterior, pelo valor da taxa unitária contratada (Contribuição Institucional). Dessa forma, embora o contrato seja firmado para uma quantidade máxima de 400 (quatrocentos) estagiários de nível superior e 100 (cem) estagiários de nível médio, totalizando 500 (quinhentos) estagiários, somente serão levadas em consideração para efeito de pagamento à CONTRATADA as vagas efetivamente ocupadas pelo CONTRATANTE e constantes da folha de pagamento mensal deste Tribunal.

## **15 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**15.1** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no percentual de **0,2% (dois décimos por cento)** ao dia, calculada sobre o valor do serviço prestado intempestivamente;

**15.2** Se o atraso de que trata o item supra ultrapassar o prazo de 5 (cinco) dias corridos, a Administração poderá entender pela inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

**15.3** Além das sanções previstas nos itens supra, a CONTRATADA poderá incorrer nas seguintes sanções:

**a) Advertência;**

**b) multa**, no percentual de **10 % (dez por cento)**, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do contrato por culpa da CONTRATADA;

**c) multa**, no percentual de **10% (dez por cento)**, calculada sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total do contrato;

**d) multa**, no percentual de **5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor do contrato, para os demais casos de descumprimento contratual.

**15.4** A CONTRATADA estará sujeita ainda a outras sanções administrativas, conforme a modalidade de Licitação a ser adotada;

**15.5** A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de *e-mail*.

## **16 - VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:**

Conforme Anexo I deste Termo de Referência.

Os preços estimados, tanto unitário quanto global, correspondem aos máximos que este Tribunal se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desclassificadas.

## **17 - REGIME DE EXECUÇÃO:**

Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço unitário.

## **18 - VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93.

**19- IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NOS DOIS EXERCÍCIOS FINANCEIROS  
SUBSEQUENTES:**

Eventual impacto estará condicionado a uma futura renovação do contrato a ser firmado.

Fortaleza-CE, 11 de abril de 2018

**LUIZ CARLOS MACHADO**

**Diretor da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas**